



Número: **0800318-74.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União (Juízo Titular)**

Última distribuição : **17/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.162,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS ANTONIO LOPES DE ARAUJO (AUTOR)		AGEU ALVES DE SOUSA FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15167162	08/03/2021 08:24	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de União (Juízo Titular) DA COMARCA DE
UNIÃO

Rua Anfrísio Lobão, 222, Fórum Des. Pedro Conde, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

PROCESSO Nº: 0800318-74.2019.8.18.0076 I

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: MARCOS ANTONIO LOPES DE ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

MARCOS ANTONIO LOPES DE ARAUJO ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE DPVAT em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, ambos qualificados.

Verificada a irregularidade na petição inicial, a qual não foi acompanhada de procuração outorgando poderes ao advogado peticionante, a parte autora foi intimada para regularizar a situação (despacho ID Nº 11713001), mas quedou-se inerte, conforme certidão de ID nº 13277972.

Era o que tinha a relatar. Decido.

A não apresentação de procuração do advogado, mesmo após oportunizada a regularização do vício, importa na extinção do processo sem análise no mérito. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. DÚVIDA SOBRE SUA REPRESENTAÇÃO. **DEFEITO NÃO SANADO**. PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. APELO PROVIDO. UNANIMIDADE. I - É possível a extinção do processo sem julgamento do mérito, quando há fundada dúvida sobre a regularidade de representação da pessoa jurídica de direito privado, e não for sanado o defeito no momento oportuno. II- Apelação provida à unanimidade. (TJ-PI - AC: 00215416020158180140 PI, Relator: Des. Brandão de Carvalho, Data de Julgamento: 14/08/2018, 2ª Câmara Especializada Cível)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO. **IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL**. VÍCIO SANÁVEL. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO. DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. O instrumento de mandato é requisito essencial à admissibilidade do recurso. Determinada a intimação pessoal da parte para regularização da representação processual, e não sendo sanado o vício, impõe-se o não conhecimento do recurso, nos termos do art. 76, § 2º, inciso I, do Código de Processo Civil. DA SUCUMBÊNCIA. Mantida. Fixados honorários advocatícios em favor do procurador da demandada, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. (Apelação Cível Nº 70078485604, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça



do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 22/11/2018).

(TJ-RS - AC: 70078485604 RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Data de Julgamento: 22/11/2018, Décima Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/11/2018).

Do exposto, **julgo extinto o feito sem resolução de mérito**, com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15, uma vez ausente pressuposto indispensável para o regular desenvolvimento do processo.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Todavia, em função de sua hipossuficiência, condiciono a sua cobrança ao preenchimento das condições previstas no art. 98 § 3º, do NCPC, diante do benefício da justiça gratuita que a ela defiro nesta oportunidade.

Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa.

UNIÃO-PI, datado e assinado eletronicamente.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de União (Juízo Titular)

